

A construção coletiva no planejamento em cidades pequenas do interior – a experiência no auxílio técnico na elaboração do plano diretor de Carnaubal

The collective construction in planning in small towns in the interior - the experience in technical assistance in the elaboration of the master plan of Carnaubal

La construcción colectiva en el planeamiento de pequeños pueblos del interior - la experiencia en asistencia técnica en la elaboración del plan maestro de Carnaubal

Recebido: 10/11/2022 | Revisado: 17/11/2022 | Aceitado: 18/11/2022 | Publicado: 24/11/2022

Gabrielle Astier de Villatte Wheatley Okretic

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9623-5693>

Faculdade Luciano Feijão, Brasil

E-mail: gabrielle.astier@gmail.com

Virginia Célia Cavalcante de Holanda

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6070-7292>

Universidade Estadual Vale do Acaraú, Brasil

E-mail: virginia_holanda@uvanet.br

Resumo

O principal instrumento de planejamento urbano municipal no Brasil são os Planos Diretores (PD). Eles fornecem as diretrizes norteadoras para o crescimento urbano da cidade. Por lei, todo município com mais de 20 mil habitantes, com interesse público, potencial turístico e ambiental ou com áreas ambientalmente degradadas deve possuir um PD, confeccionado de forma participativa, envolvendo todos os segmentos da população. Este artigo traz resultados parciais de estudos feitos em uma cidade do interior do Ceará, chamada Carnaubal, com população estimada em cerca de 17.763 habitantes, localizada na Região administrativa da Ibiapaba. A proposta do auxílio técnico na elaboração do PD de Carnaubal surgiu por demanda de uma ex-aluna e vereadora que mostrou interesse e preocupação com o planejamento de sua cidade, ainda que não houvesse exigência legal para sua elaboração, entendendo como fundamental e urgente essa discussão para o desenvolvimento equilibrado do município. A partir dessa iniciativa, o grupo de pesquisa Urbanismo Colaborativo - UrbColab, vinculado ao Núcleo de Pesquisa em Arquitetura, Cidade e Tecnologia - NuPACT, iniciou essa experiência envolvendo estudantes de arquitetura e urbanismo, professores, profissionais e população, com a utilização de métodos variados, tais como sensibilização do corpo técnico da região, levantamentos técnicos e leituras comunitárias. Esse artigo tem como objetivo apresentar de forma sucinta alguns dos resultados alcançados e trazer a luz a reflexão de como a academia pode ser aliada ao setor público, colaborando para uma construção de material técnico.

Palavras-chave: Plano diretor; Geotecnologias; Planejamento urbano.

Abstract

The main instrument of municipal urban planning in Brazil are the Master Plans (PD). They provide the guiding guidelines for the city's urban growth. By law, every municipality with more than 20 thousand inhabitants, with public interest, tourist and environmental potential or with environmentally degraded areas must have a PD, prepared in a participatory way, involving all segments of the population. This article presents partial results of studies carried out in a city in the interior of Ceará, called Carnaubal, with an estimated population of about 17,763 inhabitants, located in the administrative region of Ibiapaba. The proposal for technical assistance in the elaboration of the PD of Carnaubal arose at the request of a former student and councilor who showed interest and concern with the planning of her city, even though there was no legal requirement for its elaboration, understanding this discussion as fundamental and urgent. for the balanced development of the municipality. Based on this initiative, the research group Urbanism Collaborative - UrbColab, linked to the Center for Research in Architecture, City and Technology - NuPACT, started this experience involving students of architecture and urbanism, professors, professionals and the population, using various methods, such as sensitization of the technical staff of the region, technical surveys and community readings. This article aims to briefly present some of the results achieved and bring to light the reflection of how the academy can be allied to the public sector, collaborating for a construction of technical material.

Keywords: Master plan; Geotechnologies; Town planning.

Resumen

El principal instrumento de planificación urbana municipal en Brasil son los Planes Directores (PD). Proporcionan las pautas rectoras para el crecimiento urbano de la ciudad. Por ley, todo municipio con más de 20 mil habitantes, con

interés público, potencial turístico y ambiental o con áreas ambientalmente degradadas debe contar con un DP, elaborado de forma participativa, involucrando a todos los segmentos de la población. Este artículo presenta resultados parciales de estudios realizados en una ciudad del interior de Ceará, llamada Carnaubal, con una población estimada de cerca de 17.763 habitantes, ubicada en la región administrativa de Ibiapaba. La propuesta de asistencia técnica en la elaboración del PD de Carnaubal surgió a pedido de una ex alumna y regidora que mostró interés y preocupación por el planeamiento de su ciudad, a pesar de que no existía un requisito legal para su elaboración, entendiéndolo esta discusión como fundamental y urgente para el desarrollo equilibrado del municipio. A partir de esta iniciativa, el grupo de investigación Urbanismo Colaborativo - UrbColab, vinculado al Centro de Investigación en Arquitectura, Ciudad y Tecnología - NuPACT, inició esta experiencia involucrando a estudiantes de arquitectura y urbanismo, profesores, profesionales y población, utilizando diversos métodos. tales como sensibilización del personal técnico de la región, encuestas técnicas y lecturas comunitarias. Este artículo tiene como objetivo presentar brevemente algunos de los resultados alcanzados y sacar a la luz la reflexión de cómo la academia puede aliarse al sector público, colaborando para una construcción de material técnico.

Palabras clave: Plan maestro; Geotecnologías; Urbanismo.

1. Introdução

Podemos afirmar que a produção do espaço urbano capitalista é fruto das ações dos diferentes agentes envolvidos na busca de satisfazer seus interesses pessoais e de classe, considerando a maneira como cada um deles atua e se relaciona ao poder que possui nos campos econômico, político e simbólico (Bourdieu, 1989; Foucault, 1984). As cidades tornam-se, portanto, palcos dessas disputas pelo espaço urbano. A apropriação do solo urbano e a instituição da propriedade privada tornaram-se o centro da questão no que tange a esta disputa, a terra para alguns é sinônimo de valor de uso, enquanto que para outros é sinônimo de valor de troca (Kowarick, 1983; Harvey, 2011; Maricato, 2013 e 2015). Enquanto alguns a usam para especular, outros nada possuem, ficando alijados do direito constitucional à moradia, ou, quando adentram tal direito, grande parte da população não vê sua condição habitacional adequadamente disposta no espaço, carecendo, muitas vezes, de locais de lazer, acesso a serviços públicos e de infraestrutura. Desta forma, esta parcela despossuída dos centros privilegiados do espaço é excluída da cidade formal, sobrevivendo de forma periférica. A moradia bem localizada torna-se uma mercadoria cara, uma vez que depende de terra urbanizada.

Além disso, as cidades também são os lugares onde ocorre a vida urbana, são locais que promovem o encontro, geram oportunidades, principalmente à população economicamente privilegiada, e acabam por excluir aqueles que não possuem condições de acesso aos seus serviços. Uma característica das democracias latino-americanas, segundo Javier Couso, “[...] é a combinação de formas eleitorais democráticas com estruturas econômicas que geram crescentes brechas de desigualdade entre uma – cada vez menor – camada de grupos ricos e ultrarricos e a generalidade da população” (Couso, 2016, p. 73).

Mas é exatamente essa desigualdade social, que culmina na (falta de) oportunidade de acesso à cidade, e fruto do abismo econômico entre classes, que pode estar em um horizonte a ser superado como sociedade. Este abismo, ao ser encarado, revela em seu fundo as próprias potencialidades para que sejam implementadas formas de diminuição das desigualdades sociais e, conseqüente, acesso às possibilidades que a cidade oferece, pois: “Quando é excludente, uma cidade não cumpre sua função essencial de acolhimento e termina se transformando em uma aberração” (Montaner & Muxi, 2014, p. 191). Se é possível ver uma essencialidade na cidade, como sustentam Montaner e Muxi, descortina-se a possibilidade de realizarmos discussões racionais que problematizem essa suposta “função essencial”. Seguindo essa linha de pensamento, a cidade pode ser dialogicamente confrontada acerca de sua razão de ser e estar no mundo e as Universidades, lócus do desenvolvimento científico e tecnológico, podem contribuir cada vez mais para concretizar ações dialógicas com a sociedade civil organizada, provocando o encontro entre a ideologia vigente e os agentes viventes.

Pode-se dizer que o neoliberalismo, modo de administração econômico e político das últimas duas décadas, vê cada indivíduo na sociedade como uma unidade irredutível e responsável pela situação que ocupa socialmente, vendo a cidade desigual como nada mais que o reflexo da sociedade que a habita. Segundo Laureano & Peixoto Júnior o neoliberalismo está “[...] dando marcha a um novo ciclo de acumulação, presa a flexibilidade, a dispersão e a fragmentação, tanto na esfera

produtiva quanto na subjetiva. Neste sentido, é o individualismo, e não a diferença, que constitui a tônica de um mundo que já não aposta na política ligada à esfera pública ou estatal como motor de transformação e justiça social.” (Laureano & Peixoto Júnior, 2014, p. 6).

Tal administração neoliberal atomiza a experiência de existência nas cidades, porém, qualquer mudança que ocorra nelas, independente da escala e da concepção ideológica que a promove, gera alterações nas formas de comportamento e vida social. Como nos brinda Lefebvre (1975) os espaços só existem quando são transformados e, são justamente essas mudanças que fazem com que, quem mora na cidade, a perceba como um lugar importante para se viver, pois quem a faz são as pessoas. Desta maneira, ocorre um fenômeno de construção e adaptação que faz com que os indivíduos se sintam mais ou menos identificados com o lugar, criando laços com o espaço, laços esses não necessariamente dotados de empoderamento sobre o mesmo. Estas mesmas oscilações da carga de importância que os indivíduos podem atribuir ao lugar são descritas por Manuel Delgado (2007) em sua definição da antropologia urbana, quando chama a atenção para o que está na essência das cidades: os movimentos humanos/urbanos que constantemente transformam os lugares que habitamos através das relações de poder.

Sendo assim, quem de fato transforma a cidade, além dos eventos naturais, são todas as relações humanas no cotidiano, especialmente através do trabalho. Como argumenta Ribeiro: “O trabalho define a forma do espaço geográfico ao transformar recursos naturais em coisas utilizadas pela espécie humana diante das possibilidades técnicas que cada grupo social conhece e aplica” (Ribeiro, 2008, p. 91). Porém, sabemos que, dependendo do grau de poder que cada grupo ou classe possui, o espaço geográfico urbano pode ser mais ou menos modificado. As dinâmicas urbanas mudam o tempo todo, sobretudo nas cidades latino-americanas, onde a desigualdade é inerente ao sistema que exclui grande parcela da população (Okretic, 2020).

Deve-se levar em consideração que a cidade se constrói no tempo, não apenas no espaço, desta forma todo o cidadão, enquanto agente histórico, faz parte da história da cidade, contribuindo à sua maneira com a conformidade espacial que ela apresenta, sendo assim, sentir-se cidadão e não um mero cliente de serviços passa a ser fundamental para a potencialização qualitativa da história do lugar onde vive. E, justamente neste sentido: [...] a arquitetura e o urbanismo têm o papel específico de contribuir para a formação de um espaço comunicativo e compartilhável de cultura crítica, de entornos que favoreçam a inter-relação e a capacitação, que possibilitem a comunicação e as relações intersubjetivas. Tudo isso é imprescindível para aproximar a sociedade das instituições democráticas, e a arquitetura, que imagina, projeta e constrói espaços, tem muitas possibilidades e responsabilidades (Montaner & Muxi, 2014, pp. 233 e 234).

O pensamento sistêmico convida o/a arquiteto/a urbanista a refletir sobre os impactos que as mudanças no meio urbano geram, tanto em pequena como em larga escala, observando como elas alteram significativamente a estrutura das relações humanas/urbanas toda vez que um grupo decide fazer alguma intervenção nos territórios. Algumas questões podem ser colocadas, quando essas obras são decididas normalmente por um pequeno grupo no poder, em relação aos impactos que são gerados: ‘para quem está sendo feita? Qual o propósito? Quais os impactos na vida das pessoas a longo prazo?’ Afinal, as transformações das cidades não estão apenas no território, no espaço, mas estão nas pessoas. Reagimos e damos sentido a elas no tempo, porque somos nós que habitamos e modificamos a dinâmica dos ambientes, seja pela apropriação do espaço ou mesmo pelos próprios relacionamentos.

Nessa lógica de pensamento, devemos refletir como as ações e intervenções no espaço público devem ser feitas. Bem como ponderar a importância de engajar a população local, para que a mesma se sinta parte da transformação, e possa criar um laço, um sentido afetivo e de identidade com o local e que isso possa gerar um efeito integrador.

Percebemos que “[...] o que proporciona o sucesso de um equipamento não é necessariamente a estética do espaço, mas a apropriação pela comunidade e os significados que ela atribui ao longo do tempo” (Okretic, 2020, p. 37). As mudanças que ocorrem na cidade possuem uma dimensão antropológica que se insere no tempo histórico onde o cidadão é o protagonista

que dá sentido ao urbano a partir de suas relações, e entender isso é fundamental, principalmente para aqueles que tomam as decisões importantes no planejamento e construção das cidades, no sentido de terem a sensibilidade e poder de fazê-lo juntamente à população (Okretic, 2020).

Fica claro que qualquer governante, que queira fazer um trabalho que de fato seja para a população, deve saber ler a dinâmica humana presente no espaço e convidar os cidadãos a fazerem parte dessa construção e transformação do território, ou seja, deve reconhecer e empoderar cada vez mais as pessoas.

No entanto, essa postura se apresenta contrária à conjuntura neoliberal, em que há cada vez mais menos espaços para o diálogo na esfera pública, salvo algumas exceções. Por mais que em alguns países, como Brasil e Colômbia, a participação seja uma obrigação instituída por Lei, muitas soluções e decisões ainda são tomadas de cima para baixo (*top down*). Há a necessidade de se criar espaços em que as pessoas se sintam à vontade para se expressarem e se organizarem, espaços mais democráticos, nos quais os cidadãos possam exercer o seu papel político como modificador/transformador enquanto moradores da cidade.

O presente artigo busca orientar-se sob duas perspectivas principais: democratização da cidade e inter-relação entre conhecimento científico e conhecimento popular. Entendendo aqui que a democratização da cidade vai muito além da disponibilidade de informação e coleta de opinião, mas perpassa pela oportunidade de planejar e deliberar de fato sobre a cidade.

Neste sentido, vale destacar o conceito de direito à cidade em que mais importante que a liberdade individual de acesso à cidade é mudar a si próprio enquanto muda a cidade (Harvey, 2011 e 2013). O autor destaca ainda que é importante compreender esse direito como um direito coletivo, e que a transformação das cidades depende de um exercício e de um poder coletivo na tentativa de remodelar os processos de urbanização.

Ao falar em direito coletivo de planejar e deliberar sobre a cidade, é importante que este alcance os mais variados grupos e o maior número de pessoas, independentemente de sua formação e renda, valorizando a inter-relação entre conhecimento científico e conhecimento popular.

Esta simbiose, sociedade-universidade, está se desenvolvendo no interior do grupo de pesquisa NUPACT (Núcleo de Pesquisa em Arquitetura, Cidade e Tecnologia), mais especificamente no subgrupo intitulado Urbanismo Colaborativo, vinculado ao centro universitário UNINTA juntamente com a Faculdade Luciano Feijão e Universidade do Vale do Acaraú e colaboradores externos.

Mediante a parceria com as Instituições de Ensino Superior, Faculdade Luciano Feijão (FLF), Universidade do Vale do Acaraú (UVA) e Centro universitário UNINTA de Sobral (CE) a pesquisa, aqui relatada, visa, a um só tempo, possibilitar que os estudantes participantes do grupo de pesquisa apreendam o saber empírico das comunidades locais, compreendendo, por meio dessa troca, a dinâmica *sui generis* do município de Carnaubal para, desta forma, auxiliarem na elaboração técnica do instrumento de planejamento, Plano Diretor Participativo.

Neste sentido o projeto coloca um desafio para as instituições acadêmicas que o compõem no sentido de desenvolver metodologias de troca de saberes que, no lugar de “transmitir” conhecimentos pré estabelecidos - geralmente construídos sem a participação dos atores sociais que vão conviver com os efeitos desse mesmo conhecimento - procure considerar a formação de informação que sejam “consequências de processos coletivos, de estruturas de conhecimento e de instituições de memória de todos” (Nascimento, 2019, p. 242).

Nascimento (2019), destaca que devemos pensar a ação do arquiteto, do professor, do pesquisador, do estudante - aqui acrescentamos também a ação do planejador e do gestor - no intuito de compartilhar informações sobre a cidade, sobre o espaço e sobre as técnicas com a população, de forma a “torná-los protagonistas e capazes de elaborar ou construir possibilidades baseadas em princípios norteadores estabelecidos por eles mesmos”. (Nascimento, 2019, p.242).

Assim, a autora (Idem, 2019) propõe que projetos e ações de planejamento partam de uma leitura do território sob o olhar de quem mora e ocupa e não simplesmente por um conhecimento técnico na perspectiva de quem desenha, planeja ou regula a cidade - como o arquiteto, e urbanista, o Estado ou as entidades, que muitas vezes não conseguem enxergar as nuances e a realidade de concreta do local. (Nascimento, 2019, p. 246).

Como um grupo com a palavra Colaboração em seu título, o UrbColab tem uma estrutura horizontal, atendendo demandas emergentes, que tem como foco a construção coletiva da cidade, que chegam aos membros do grupo. Localizados no interior do estado do Ceará, esse compromisso com a região se torna primordial. O grupo se encontra semanalmente para discutir as demandas e distribuir tarefas entre os membros e, durante os encontros semanais, surgiu a possibilidade de trabalhar com a cidade de Carnaubal, cujo uma das integrantes do grupo, egressa do curso de arquitetura e urbanismo, é natural da cidade e atualmente se encontra com um cargo público na cidade, atuando como vereadora. Apesar de não apresentar a quantidade específica de habitantes que a Lei institui como mínima para implementação do PD na cidade, Carnaubal apresenta características e interesses que fazem com que seja de extrema importância a necessidade da criação de um Plano Diretor para o município.

É de extrema importância que seja pensado o crescimento dessas cidades pequenas do interior do país, no intuito de minimizar os efeitos nocivos do seu crescimento desordenado sobre o meio ambiente.

Além disso, os instrumentos presentes no PD viabilizam a otimização de investimento público tanto no âmbito do desenho urbano, quanto na economia urbana e distribuição dos serviços públicos. E, com este cenário, o grupo abraçou a ideia de auxiliar junto a prefeitura os estudos técnicos necessários para que isso aconteça.

Por meio deste grupo de pesquisa Urbanismo Colaborativo, que está inserido no NUPACT, busca-se realizar o auxílio técnico na efetiva elaboração e implementação do Plano Diretor da cidade de Carnaubal junto à população, entidades privadas e poder público municipal. Trata-se de um esforço na conscientização da importância da participação popular no engajamento de todo o processo de planejamento do espaço urbano.

A vinculação entre conhecimentos científicos das áreas: geografia, história, ciências sociais, antropologia, arquitetura e urbanismo, entre outras, se torna um instrumento de ressignificação e transformação efetivo no encontro dado no tempo e no espaço histórico criado por uma outra vinculação: a das pessoas com o espaço onde habitam hodiernamente. Mediante estas inter-relações, a tarefa complexa da elaboração do plano urbanístico de uma cidade deveria tornar-se mais leve, porém não menos desafiadora. Especialmente quando os agentes principais da elaboração do plano urbanístico são os próprios agentes políticos da cidade, ou seja, o conjunto de sua população.

Como sem as pessoas nem as democracias e muito menos as cidades se tornam possíveis, o desafio de aprofundar a junção entre democracia e cidade carrega a necessidade de um trabalho da população, bem como, conjunto a ela. É exatamente esta a pedra de toque do trabalho que aqui se delineia: conhecimentos interdisciplinares aplicados e replicados numa sinergia de reconhecimento e aprendizagem mútuos com uma finalidade: auxiliar no fomento das condições propícias para que a população de Carnaubal possa discutir, deliberar, planejar e implementar o seu Plano Diretor. Em certa medida, os planos que pavimentam e ornamentaram os caminhos futuros de Carnaubal sempre pertenceram tanto à cidade quanto às pessoas que nela vivem, mesmo quando tais planos foram “elaborados” no altiplano dos poderes locais e nacionais historicamente constituídos.

2. Metodologia

A implementação metodológica do projeto se dá mediante o exercício constantemente avaliado da Pesquisa-Ação onde se dá vazão ao diálogo e a troca de saberes unindo teoria e práxis interdisciplinares (Pinto, 2014), de tal forma, que os estudantes de graduação participantes do projeto possam colocar em prática os conhecimentos técnicos que aprenderam em seus respectivos cursos, colaborando tecnicamente para a elaboração do Plano Diretor Participativo do referido município e

também com o engajamento da população no contato com esta.

O projeto conta com apoio de docentes e estudantes engajados em um grupo de pesquisa focado no urbanismo colaborativo, que pesquisa a construção coletiva das cidades, com o compromisso de realizar leituras bibliográficas, sobre os temas relativos à conformação da cidade de Carnaubal, mas também relacionados às áreas do urbanismo, ciências sociais, geografia e metodologias participativas (pesquisa-ação), como forma de se apropriarem de conhecimentos que os tornem aptos a auxiliar na condução do processo de elaboração do plano diretor.

Desta forma, o grupo de pesquisa visa contribuir não apenas com o levantamento de dados técnicos, mas para a implantação de uma metodologia participativa nesta fase de início da confecção do Plano Diretor, com especial foco nas etapas de preparação e capacitação tanto do corpo técnico da prefeitura, dos legisladores municipais, como da população em geral, a fim de abrir um canal de diálogo que possibilite uma leitura sensível e mais aproximada da realidade vivida pelos moradores da cidade (Pequeno, et al. 2004).

Desde o início de 2021 até o presente momento foram realizadas leituras, visitas técnicas ao local, levantamento técnico aéreo da paisagem, conversa com a população, especialmente com jovens em escola municipal e foi dado início a um ciclo de capacitação sobre planos diretores.

Após a decisão do grupo por apoiar a prefeitura de Carnaubal, atendendo à solicitação de membro do grupo, residente no município e atuante na política local, foram iniciados contatos com a prefeitura a fim de estabelecer as primeiras tratativas para o que viria a ser um acordo de cooperação técnica entre o grupo e a Prefeitura de Carnaubal. Em maio de 2021 foi realizada a primeira reunião em meio virtual com a secretária de infraestrutura e o prefeito do município. Ficou acordado que o papel do grupo seria o de prestar suporte/assessoria técnica à equipe da prefeitura na formulação do seu primeiro Plano Diretor. Na ocasião, uma prévia da capacitação sobre a importância do planejamento participativo, foram apresentadas as primeiras leituras territoriais elaboradas pelo grupo até o momento.

Após três meses obedecendo às medidas restritivas de isolamento social impostas pelo governo do Estado e acatadas pelos municípios, devido à pandemia de Covid 19, em agosto de 2021 foram realizadas as primeiras visitas de campo. Os membros do grupo de pesquisa fizeram um levantamento fotográfico e observações de campo em um primeiro reconhecimento do local. A visita ocorreu seguindo um trajeto elaborado pelo grupo no intuito de tentar abranger as áreas estratégicas e as mais críticas do município, observados nos levantamentos de dados e especializados nos mapas de leitura territorial.

Ao final da visita de campo, no intuito de ambientar o grupo, foi estabelecido um diálogo presencial com o prefeito da cidade, visando compreender melhor a administração pública e as ações em andamento no município, bem como algumas potencialidades e problemas existentes na visão do gestor.

Em outubro de 2021, uma nova visita à cidade foi realizada pelo grupo a fim de coletar dados de imagens aéreas a partir do uso de drone. A coleta das imagens correu de maneira satisfatória e foi possível coletar dados de grande parte do município no entorno da área urbana da cidade de Carnaubal.

Os próximos passos serão a retomada do ciclo de capacitações e o aprofundamento do diálogo com a população local, a fim de iniciar as leituras comunitárias e um ciclo de debates comunitários na busca de aproximar as leituras sobre os saberes técnicos e comunitários para dar início a etapa de elaboração de propostas para o desenvolvimento integrado do município.

3. Resultados e Discussão

A implementação do PD em Carnaubal é, sem sombra de dúvida, um avanço no sentido de seu planejamento, especialmente quando se considera o seu lugar no ranking das cidades cearenses no que diz respeito à qualidade de sua administração. Embora o trabalho prévio de levantamento de estudos georeferenciados da região estudada seja de fundamental importância para a finalidade do projeto, o mesmo pode ser extremamente prejudicado perante a real possibilidade de não

ocorrer o Censo IBGE em 2021, colocando risco a realização eficiente do PD. Afinal, durante o trabalho geo-urbanístico a detenção de dados relativos à população é condição *sine qua non* para a implementação de políticas públicas, sobretudo no que se refere aos desafios que o país enfrenta, e continuará enfrentando, no período pós-pandemia. No entanto, isso não significa que sem um retrato mais fidedigno sobre a população relativa ao município, o PD se encontre, por assim dizer, desprovido de sentido. Muito pelo contrário! Dentro do cabedal da ideologia neoliberal vigente caberá aos municípios empreenderem o esforço de mapear seus habitantes de maneira autônoma, considerando seus modos de vida e se utilizando de todas as fontes de dados disponíveis, criando, desta forma, novas ferramentas para o reconhecimento do seu território e da sua povoação.

Ao considerar tal cenário, o estado do Ceará conta, por exemplo, com o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), que oferece um quadro mais circunscrito do perfil populacional e das principais matrizes econômicas de todas as cidades contidas no estado. E justamente tomando por base institutos estaduais de alta confiabilidade, censos mais recentes, dados sobre população local economicamente ativa, etc., que podemos formar um quadro inicial sobre o perfil socioeconômico daqueles que integram o conjunto dos habitantes de Carnaubal e os rumos de seu desenvolvimento econômico. Lembrando que a região compõe, dentro do estado do Ceará, um contexto de planejamento estratégico mais amplo.

Ao nos depararmos com esse trabalho, percebemos o quanto ainda temos que caminhar no sentido de aliar os conhecimentos técnicos com o trabalho de gestão pública, o quanto a academia pode contribuir cada vez mais com pesquisas e desenvolvimento de materiais que possam auxiliar os agentes técnicos administrativos a pensar a cidade de um outro prisma.

4. Conclusão

Ainda em andamento os resultados esperados com essa pesquisa vão no sentido de abrir caminhos em Carnaubal para que esse diálogo entre a teoria e a prática do fazer urbanístico, envolvendo a sociedade civil e a comunidade acadêmica, se torne cada vez mais próximo, pois o conhecimento técnico não se sobrepõe ao conhecimento popular, mas nele se arvora, frutifica e se transforma. Pretende-se também que os resultados das ações concretas realizadas e as posteriores avaliações do processo possam fazer com que se aprimore, inclusive, a forma de se conceber as nossas cidades, buscando trazer novos sentidos e significados, promovendo cada vez mais o sentimento de pertencimento que todo morador cidadão poderia sentir. A cidade é feita a muitas mãos e, portanto, a sociedade civil, cada vez mais organizada, tem a oportunidade de se sentir partícipe dessa construção urbana coletiva.

Agradecimentos

Reconhecemos e agradecemos o apoio das Faculdades Luciano Feijão, UNINTA e da Universidade do Vale do Acaraú e ao grupo de pesquisa UrbColab, vinculado ao Nupact. Nosso agradecimento também à Prefeitura municipal de Carnaubal.

Referências

- Brasil. (2001) Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm
- Brasil. (2021) Levantamento de dados secundários sobre o município de Carnaubal. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/carnaubal>
- Bourdieu, P. (1989) O poder simbólico. Bertrand Brasil; Difel.
- Ceará. (2017a) Anuário Estatístico do Ceará – 2017 <http://www2.ipece.ce.gov.br/publicacoes/anuario/anuario2017/aspectosEconomicos/index.htm>.
- Ceará. (2017b) Indicadores Econômicos 2013 a 2017. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE). https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2019/02/Indicadores_Economicos_2013_a_2017.pdf.
- Couso, J. (2016) Encontros e desencontros: balanço do estado da prática democrática na América Latina. In: Revista USP - São Paulo, (109), 67-74, abril/maio/junho.

- Delgado, M. (2007) *La ciudad mentirosa. Fraude y miseria del modelo Barcelona*. Los libros de la Catarata.
- Foucault, M. (1984) O cuidado com a verdade. In: Ewald, F. O Dossier – últimas entrevistas. Taurus.
- Harvey, D. (2011) O enigma do capital: e as crises do capitalismo. Trad. João. Alexandre Peschanski. Boitempo.
- Harvey, D. (2011) *Le Capitalisme contre le droit à la ville: Néoliberalisme, urbanisation, résistances*, Éditions Amsterdam.
- Harvey, D. (2013) Direito à Cidade. Revista Piauí. ed. 82, jul. 2013. <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-direito-a-cidade/>.
- Harvey, D. (2013) A liberdade da cidade: Cidades Rebeldes, Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil., São Paulo: Boitempo.
- Kowarick, L. (1983) A espoliação urbana. Paz e Terra.
- Laureano, P. S. & Peixoto Junior, C. A. (2014). Três pontos de vista sobre o capitalismo atual: um estudo a partir de Harvey, Jameson, Zizek, Deleuze e Negri. *Psicol. Soc.* [online]. 26(1), 02-11. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822014000100002>.
- Lefebvre, H. *El derecho a la ciudad*. (1975). Tradução de J. González-Pueyo. Ediciones Península.
- Maricato, E. T. (2015) Para entender a crise urbana. Expressão Popular.
- Maricato, E. T. (2013) Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. Carta Maior, Boitempo.
- Montaner, J E & Muxi, Z. (2014) Arquitetura e Política - ensaios para mundos alternativos / Josep Maria Montaner e Zaida Muxi, Gustavo Gili.
- Nascimento, D. M. O que é extensão? Incertezas e provocações. Em: Ferreira, L; Oliveira, P.; Iacovini, V. (Org.) *Dimensões do Intervir em Favelas: desafios e perspectivas*. Peabiru TCA / Coletivo LabLaje, 2019. <https://www.causp.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/Dimens%C3%B5es-do-intervir-em-Favelas-novo.pdf>.
- Okretic, G. A. V. W. (2020) Áreas públicas em conjuntos habitacionais recentes: ações para fortalecer a auto-estima e concretizar o pertencimento ao lugar com o protagonismo dos moradores (479). Tese (Doutorado em Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas.
- Pequeno, R. & Marques, O & Pinheiro, O.M. (2004) Instrumentos e metodologia de participação popular no plano diretor. in Plano Diretor participativo: Guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos. Ministério das Cidades.
- Pinto, J. B. G. (2014) Metodologia, teoria do conhecimento e pesquisa-ação: textos selecionados e apresentados. Belém: UFPA/Instituto de Ciências Sociais Aplicadas.
- Ribeiro, W. C. (2008) Impactos das mudanças climáticas em cidades no Brasil. Parcerias Estratégicas.